

NASCIMENTO  
bol.com.br

is em economias globalizadas, e a formação, treinos policiais em um contexto transnacional são temas de pesquisa em curso na Unicamp. À frente desses visitantes Elísio Estanque e Susana Durão. Susana Durão é professora da Universidade de Coimbra (FEUC), Ciências Humanas (IFCH) e ao Centro de Estudos do Instituto de Economia (IE). Sua investigação envolve trabalhos com acadêmicos brasileiros em questões de gênero e permite aproximar os debates em curso no âmbito dos mesmos temas.

to de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa no âmbito do IFCH. Nos últimos anos, tem coordenado projetos de organização policial, com especial interesse em movimentos sociais e culturais, tanto em contextos locais quanto internacionais, ambos apresentam seus olhares a respeito de temas.



A professora Susana Durão: "Parece existir uma institucionalização do direito policial de matar"

# 'A polícia no Brasil sofre com a ausência de referências positivas'

**Jornal da Unicamp – O que é, quais são as origens e no que consiste o conceito de transnacionalização na formação de forças de segurança?**

**Susana Durão** – No projeto "COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil", interessa-nos estudar os percursos de oficiais de polícia em formação, tanto em treinos nacionais como internacionais. Estes são profissionais que circulam no mundo, mas dos quais se espera algo: que venham a contribuir para mudanças políticas e profissionais nos seus países de origem, usando aquilo que transportam em si, exatamente o seu conhecimento adquirido "transnacionalmente". Se por um lado eles são peças de uma engrenagem maior, por outro lado, muitos deles podem vir a ser autoridades influentes. Há, assim, uma certa concepção de ações de intervenção no tempo e no espaço.

**JU – Como essa temática vem sendo estudada pelo grupo do qual a senhora faz parte na Unicamp?**

**Susana Durão** – Na verdade, COPP-LAB é um projeto que vem sendo desenvolvido ao abrigo das atividades científicas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Este é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia em Portugal, embora seja um projeto marcadamente internacional. Os pesquisadores da equipe do projeto residem em distintos lugares do mundo (Portugal, Reino Unido e Brasil) e pertencem a diversas instituições. Todos têm um conjunto de missões e de tarefas atribuídas e eu, além disso, faço a gestão de um grupo de 11 pesquisadores e 5 consultores. Organizamos reuniões regulares para poder compartilhar resultados. Realizamos recentemente um encontro no IFCH-Unicamp intitulado "Circulação de policiais em redes lusófonas. Autoridade, formação e poder", em outubro último.

Está previsto um colóquio em 2014 em Cabo Verde, intitulado: "África Lusófona. Reflexão sobre Estatutos e Carreiras Policiais". O grande evento final deste projeto de dois anos e seis meses irá realizar-se em Lisboa e terá por foco o tema: "Antropologia da Política e da Polícia: Portugal, Brasil e África em perspectiva". Concretamente no IFCH, unidade na qual leciono, e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, creio que estou, conjuntamente, com outros colegas do Departamento de Antropologia e das Ciências Sociais, criando condições para discutir temas que contribuem para o entendimento da sociedade brasileira, tais como segurança (pública e privada), Estado, polícia e violência urbana.

O projeto COPP-LAB tem ainda o compromisso de enriquecer a teoria antropológica com temas relacionados à mobilidade, migração laboral em grandes organizações burocráticas, formação e treino policial, modelos e práticas do policiamento. Nesse sentido, o Centro de Estudos da Migração Internacional (Cemi), coordenado pelo antropólogo Omar Ribeiro Thomaz, pesquisador também no projeto, oferece um enquadramento institucional relevante.

**JU – Qual é a avaliação que a senhora faz dos processos de capacitação e de profissionalização das forças de segurança dos países**

**enfocados pelos seus estudos? Que problemas existentes na formação dos agentes se refletem em questões como violência policial e corrupção, recorrentes no Brasil?**

**Susana Durão** – Os processos de formação e de profissionalização são determinantes para a vida policial, mas não se pode esperar que sejam eles a transformar na íntegra modelos e práticas profissionais. Em vários países, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, há uma grande dependência de protocolos internacionais para a formação dos seus oficiais – incluindo países tão diferentes como Portugal, Espanha e Taiwan. Moçambique e Angola já têm academias nacionais para a formação de seus policiais de topo, mas também mantêm protocolos de cooperação fundados na história das suas relações internacionais.

Em quase todos esses países a formação superior vai capacitar os já policiais "de base", à exceção de São Tomé. Em Portugal, o treino dos oficiais é misto, mas a maioria dos recrutados são à entrada jovens alunos que concluíram o ensino médio. No Brasil, a formação de policiais e o tempo de treino diferem muito nos 26 Estados. Essa formação reflete a separação de carreiras. Nas Polícias Militares os praças e oficiais são mundos à parte; nas Polícias Civis os delegados e agentes não se confundem. Pode parecer contraintuitivo, mas esta interrupção de carreiras, estatutos e poderes pode facilmente levar a perversões e torna ainda mais ambígua essa linha tênue entre legalidade e ilegalidade, entre crime e punição.

Como Luís Eduardo Soares, Sílvia Ramos e tantos outros têm demonstrado, os policiais oscilam entre carrascos e vítimas em um modelo que foi arquitetado durante a ditadura militar, depois de 1968. Porém, uma das mais dramáticas divisões no Brasil, impressa na constituição em vigor, é aquela que interrompe o ciclo de trabalho entre um policiamento "ostensivo", executado pela PM, e o policiamento de investigação, levado a cabo pela Polícia Civil. Esta situação justificou recentemente uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 51. Teremos de aguardar para saber se todo o debate e anseios de mudança vão resistir, invertendo o que foi o recuo de uma promessa na primeira gestão do presidente Lula.

A polícia no Brasil sofre de um problema complicado: a ausência de referências positivas no seu passado que ajudem a reformulá-la. Estou do lado de todos os que acreditam que o modelo tem que ser integralmente repensado. Todavia, o futuro passa necessariamente por buscar algumas memórias positivas no passado, mesmo que isso signifique no caso perspectivar contributos pessoais e menos a arquitetura de modelos. Creio que mudanças só terão impacto real com a colaboração e o protagonismo dos oficiais mais qualificados e abertos.

**JU – Sobre essa questão do modelo concebido na ditadura, a senhora acredita que ainda persista na formação e nas ações dos policiais brasileiros uma herança desse período, quando tinham poder irrestrito para prender, torturar e matar?**

**Susana Durão** – Acredito que várias mudanças na formação de policiais, tanto nas militares quanto nas civis, possam estar já

em curso. Todavia, arcaísmos e atualizações do que as polícias brasileiras têm de pior podem ser observados em alguns aspectos concretos. Entre os mais dramáticos está a participação da polícia na letalidade, na reprodução da desigualdade social e na "desordem" pública. Tem sido sistematicamente evidenciado como o uso abusivo dos autos de resistência encobrem tortura e mortes causadas por policiais, sendo estas, na maior parte das vezes, arbitrárias e violentas. Ou seja, parece existir uma institucionalização do direito policial de matar.

As operações de guerra policial, resgate criminal e a participação de policiais no mercado do crime, conjugada com a ausência de limites na atuação em territórios da pobreza, potencializam a violência e criam a sensação de que existe um Estado dentro do Estado. Outro exemplo: o "caveirão", essa unidade móvel que cotidianamente percorre favelas da zona norte do Rio de Janeiro ecoando palavras de ordem e de terror para as populações, é o reconhecimento público da falência de um estilo de policiamento. É um pouco estranho como no momento em que vivemos no "tempo das vítimas" e "império do trauma", como defendem alguns autores, os parentes de mortos nas mãos dos policiais no Brasil, maioritariamente pobres e negros, tenham um acesso tão restrito à reparação judicial e social. Polícia que é treinada para matar é antipolícia.

**JU – A propósito, gostaria que a senhora comentasse sobre a experiência do Rio de Janeiro com as polémicas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) para redução da criminalidade. É uma medida eficaz?**

**Susana Durão** – O policiamento comunitário tem muitas formas. No Rio de Janeiro já houve experiências anteriores, nos anos 1990. Mas por várias razões que não posso aqui especificar foi recentemente escolhida a versão UPPs. As UPPs são uma invenção brasileira com um olho nas cidades da Colômbia e outro nas urbes da África do Sul. Até o nome "pacificação" evoca cenários de guerra e intervenção militar. A sua territorialização e delimitação por favelas cria um projeto concentrado problemático. Há uma tensão evidente entre criar uma imagem positiva, midiática e a atomização de funcionamento de uma política de policiamento que parece ser refém das micro-dinâmicas do cotidiano.

Como já foi dito por Luiz Machado da Silva, tem-se verificado um alargamento perverso do mandato dos policiais em lugares e classes sociais que eles pensam como a sua "propriedade". Todavia, o aspecto mais gritante é como os mesmos policiais que participam na diminuição geral da letalidade nas favelas (que ninguém se poupa em elogiar) podem ser os mesmos que se envolvem em mortes violentas, ocultação de cadáveres e de provas, como tudo indica ter acontecido no caso Amarildo na Rocinha – com 25 PMs acusados no processo. Como vários estudiosos têm afirmado, sem uma transformação mais ampla e inteligente de todo o modelo das polícias no Brasil, as UPPs correm o risco de permanecer ilhas, ilhas que tanto alcançam bons resultados como refletem os problemas de sempre.

A UPP nasceu com o propósito de ser um policiamento pacificador de áreas urbanas dominadas pelo tráfico, não com o compromisso de perseguir e erradicar o tráfico. A ideia seria criar uma visibilidade estratégica do policiamento em algumas favelas e com isso diminuir a letalidade, garantindo a liberdade de ir e vir. É desse modo que ela se dá a conhecer nacional e internacionalmente, como uma espécie de reconquista das favelas pelo Estado, restaurando a ideia de verticalidade e de englobamento – como diriam os antropólogos Ferguson e Gupta. Creio que a extensão de convencimento mundial desta "imagem de marca" é hoje diferente daquela que se imaginava poder vir a ser em 2008, quando foi implementada a primeira UPP no morro de Santa Marta, bem no coração do Rio. Entretanto, movimentos sociais e a mídia nacional e internacional têm revelado as fragilidades do programa.

**JU – Em recentes manifestações de rua no Brasil, a polícia foi acusada de despreparo para atuar nesse tipo de situação, que apresentava um perfil muito distinto das intervenções a que estava habituada. Em sua opinião, isso revela alguma lacuna na formação policial?**

**Susana Durão** – Em sociedades democráticas, que prezam a imagem das suas polícias e a confiança que as burocracias produzem entre os cidadãos, a gestão da chamada "ordem pública" deve ser predominantemente preventiva e só muito ocasionalmente reativa. Quando governos e policiais usam o que chamo de violência-como-contenção em passagens que são maioritariamente pacíficas, eles estão sinalizando uma autoridade que está longe de ser democrática. Pode dizer-se que todo o jogo de poderes e a espetacularização da repressão policial são apoiados por setores e classes sociais conservadoras. Mas eu creio que o Estado e os governos eleitos devem ter aqui um papel pedagógico diferente do que têm tido.

Existem muitos domínios diferentes de formação policial que são importantes para os profissionais: patrulhamento e prevenção, ordem pública, segurança interna, criminologia e investigação criminal, gestão da segurança, policiamento municipal, segurança pública e segurança privada, gestão civil de crises. Podem ainda definir-se áreas mais específicas que merecem treino: o policiamento da violência doméstica e de gênero, crimes de ódio e ofensas raciais, crimes contra a criança, etc. No Brasil, como em muitos outros lugares, a formação e o conhecimento partilhado é parte do processo.

Infelizmente, quando os governos recusam escutar o que dizem os movimentos sociais e os mais pobres, o policiamento ostensivo assume todo o seu esplendor. Creio assim que mudanças no policiamento têm necessariamente que ser sincronizadas com mudanças na política institucional, na forma como o Estado gere o que é de todos, incluindo a autoridade democrática.

Leia a íntegra desta entrevista em:  
<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/584/policia-no-brasil-sofre-com-ausencia-de-referencias-positivas>